



**Prefeitura do Município de Araucária**

Secretaria Municipal de Administração

Ofício Externo nº 4325/2022

Araucária, 21 de setembro de 2022.

Excelentíssimo Senhor

**CELSONICÁCIO DA SILVA**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Araucária

Câmara Municipal de Araucária

Araucária/PR

**Assunto:** Projeto de Lei nº 2506/2022 – “Altera a redação da Lei nº 1.292, de 26 de dezembro de 2001, que institui o Fundo Especial do Meio Ambiente – FEMA e altera a redação da Lei nº 2.277, de 07 de outubro de 2010 que institui a Política Municipal de Meio Ambiente, cria o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA e atualiza o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA”

Senhor Presidente,

Com o presente estamos encaminhando a Vossa Excelência e demais pares dessa Egrégia Casa Legislativa, para apreciação, análise, discussão e posterior aprovação, o Projeto de Lei nº 2506/2022, que altera a redação da Lei nº 1.292, de 26 de dezembro de 2001, que institui o Fundo Especial do Meio Ambiente – FEMA e altera a redação da Lei nº 2.277, de 07 de outubro de 2010 que institui a Política Municipal de Meio Ambiente, cria o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA e atualiza o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

As alterações das competências do COMDEMA propostas no Projeto são necessárias a fim de compatibilizar a legislação com o trabalho efetivamente realizado pelo COMDEMA, com a necessidade de adequação à legislação ambiental e na priorização de processos administrativos relacionados à defesa do meio ambiente.

Quanto à solicitação de alteração da composição do COMDEMA, justificamos a proposta com base na necessidade de dar paridade entre a representatividade do poder público e da sociedade civil, que atualmente conta com número ímpar de conselheiros. A alteração de representantes também se faz necessário considerando o fato de a lei nomear as Associações participantes, não possibilitando as demais associações legalmente instituídas no município de participarem no Conselho.

Ainda, a alteração proposta na Lei nº 2.277/2010 com relação a composição do COMDEMA, visa atender a demanda do Conselho, conforme relatado na Ata da XVI Conferência Municipal de Meio Ambiente:

*“(...) a Sra. Andressa deu sequência na pauta da Conferência Municipal apresentando a moção de alteração da Lei Municipal nº 2.277/2010 da Política Municipal de Meio Ambiente, encaminhada aos presentes por meio do OFÍCIO EXTERNO Nº 2393/2022. A Sra. Andressa falou que a solicitação de alteração baseia-se no fato de que o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente tem tido dificuldades em realizar as plenárias, com quórum suficiente, nos*

41 3614-1693

Rua Pedro Druszczyk, 111 - CEP 83702 080 - Centro - Araucária / PR



**Prefeitura do Município de Araucária**  
Secretaria Municipal de Administração

Ofício 4325/2022 Projeto de Lei n. 2.506/2022- pag. 2/2

*últimos meses, assim como na dificuldade de recebimento de nomeações para a nova composição de mandato, principalmente no que se refere à participação da sociedade civil. (...)"*

Além disso, a modificação legislativa possibilitará o recebimento de repasses mensais da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR no montante de 2% do seu faturamento no Município, diretamente ao FEMA com a finalidade de aplicação em saneamento básico, em ações de proteção, recuperação e conservação ao meio ambiente.

Pretende-se também ampliar o rol de ações em que os recursos do FEMA, previstos no art. 13, possam ser utilizados, principalmente com os repasses da SANEPAR.

Deste modo, parte do lucro que a Companhia de Saneamento obtém com a prestação de serviços em Araucária retornará ao município para aplicação em estudos, pesquisas científicas, projetos técnicos ambientais, reparação de danos ambientais, e outras despesas voltadas ao meio ambiente.

Cumprе ressaltar que a possibilidade da destinação de recursos como previsto no presente Projeto de Lei está prevista no art. 13, da Lei Federal nº 11.445/2007, alterada pela Lei Federal nº 14.026/2020 (Marco Legal do Saneamento Básico).

Verifica-se também a necessidade de adequar a Lei nº 2.277/2010 para que o COMDEMA também tenha por objetivo o planejamento e execução da política de saneamento básico no Município de Araucária, adequando suas finalidades e composição.

Nessas condições, evidenciadas as razões de interesse público que embasam a propositura, contará ela, por certo, com o aval dessa Colenda Casa de Leis.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência e aos demais componentes dessa Egrégia Casa Legislativa, nossa estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**HISSAM HUSSEIN DEHAINI**  
Prefeito de Araucária





**PROJETO DE LEI Nº 2.506, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022**

*Altera a redação da Lei nº 1.292, de 26 de dezembro de 2001, que institui o Fundo Especial do Meio Ambiente – FEMA e altera a redação da Lei nº 2.277, de 07 de outubro de 2010 que institui a Política Municipal de Meio Ambiente, cria o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA e atualiza o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.*

Art. 1º Insere o inciso XVII e parágrafo único ao art. 8º da Lei nº 1.292, de 26 de dezembro de 2001, com a seguinte redação:

*“Art. 8º .....*  
*.....*

*XVII - repasses mensais da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR de 2% (dois por cento) do seu faturamento no Município de Araucária.*

*Parágrafo único. Os recursos provenientes dos repasses a que se refere o inciso XVII do art. 8º desta Lei, destinados ao Fundo Especial do Meio Ambiente - FEMA, ficam vinculados à efetiva aplicação em saneamento básico, em ações de proteção, recuperação e conservação ao meio ambiente, consoante prevê o Convênio de Cooperação firmado entre o Estado do Paraná e o Município.”*

Art. 2º Insere o parágrafo único ao art. 9º da Lei nº 1.292, de 26 de dezembro de 2001, com a seguinte redação:

*“Art. 9º .....*

*Parágrafo único. Fica autorizada a abertura de conta específica, em nome do FEMA, caso necessário, para o depósito dos repasses mensais previstos no inciso XVII, do art. 8º desta Lei.”*

Art. 3º Insere os incisos II a V e §§ 1º e 2º ao art. 13 da Lei nº 1.292, de 26 de dezembro de 2001, com a seguinte redação:

*“Art. 13 .....*  
*.....*

*II - o financiamento de atividades visando a conservação do meio ambiente, o uso racional e sustentável dos recursos naturais, a manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental do Município, a promoção da Educação Ambiental em todos os seus níveis;*



*III - o custeio da elaboração e execução de estudos, pesquisas científicas e projetos técnicos ambientais de acordo com as ações previstas no inciso II, deste artigo;*

*IV - a reparação de danos causados ao meio ambiente no âmbito do Município de Araucária;*

*V - outras despesas de interesse ambiental do Município de Araucária, assim consideradas e destinadas a:*

*a) participação e promoção de eventos técnicos, científicos e educacionais, tais como seminários, simpósios, congressos, feiras, amostras e outros, que cumpram com os objetivos do FEMA;*

*b) promoção e execução de programas de capacitação e treinamento de mão-de-obra, por meio de cursos, estágios ou outras formas, visando habilitar os recursos humanos para o desempenho de diversas funções para o desenvolvimento ambiental do Município.*

*§ 1º O financiamento referido no Inciso III, deste artigo, poderá ser destinado a organizações não governamentais, mediante a apresentação de proposta fundamentada em parecer técnico sobre os benefícios ambientais do empreendimento para o Município.*

*§ 2º Somente poderá receber recursos do FEMA, entidade não-governamental, sem fins lucrativos, em funcionamento por no mínimo um ano, que esteja devidamente cadastrada na Prefeitura Municipal de Araucária."*

Art. 4º Insere o art. 14-A na Lei nº 1.292, de 26 de dezembro de 2001, com a seguinte redação:

*"Art. 14-A. Os recursos do FEMA, destinados na forma dos incisos II e IV do art. 13, serão geridos mediante convênio, por instituições financeiras, observados os princípios básicos de preservação da integridade patrimonial do Fundo e a minimização do retorno econômico, social e ambiental.*

*Parágrafo único. Para a concessão de financiamentos com os recursos referidos no "caput" deste artigo, fica vedada a aplicação de taxas de juros negativas."*

Art. 5º Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei nº 2.277, de 07 de outubro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 9º .....*  
*....."*





**Prefeitura do Município de Araucária**

Secretaria Municipal de Administração

Projeto de Lei nº 2.506/2022 - pág. 3/7

*§ 2º O COMDEMA tem por objetivo promover a participação organizada da sociedade civil no processo de discussão e definição da Política Ambiental Municipal, em questões referentes à preservação, conservação, defesa, recuperação, reabilitação e melhoria do meio ambiente natural e construído no Município de Araucária, planejamento e execução da política de saneamento básico no Município de Araucária.*

.....”

Art. 6º Altera a redação dos incisos I, IV, VIII, XI e XII do art. 10 da Lei nº 2.277, de 07 de outubro de 2010, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. ....

*I – propor diretrizes e acompanhar a execução da Política Municipal de Meio Ambiente, à luz do conceito de desenvolvimento sustentável;*

.....

*IV – propor e estabelecer normas técnicas, procedimentos e ações, visando a defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do Município, observada a legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente;*

.....

*VIII – propor e fomentar ações de educação ambiental de forma integrada, democrática e participativa, buscando o atendimento da Política Municipal de Educação Ambiental;*

.....

*XI – solicitar, quando for o caso, a realização de estudo alternativo sobre as possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria, visando a compatibilização do desenvolvimento econômico sustentável com a proteção e preservação ambiental;*

*XII – deliberar ou manifestar-se, quando solicitado, sobre o parecer do órgão ambiental municipal para atividades e empreendimentos, efetiva ou potencialmente degradadoras e poluidoras, de modo a compatibilizá-las com as normas e padrões ambientais vigentes;*

.....”

Art. 7º Ficam revogados os incisos II, V, VI e XV, do art. 10 da Lei nº 2.277, de 07 de outubro de 2010.

Art. 8º Insere os incisos XVII a XXV ao art. 10 da Lei nº 2.277, de 07 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

“Art. 10 .....

.....

41 3614-1693

Rua Pedro Druszczyk, 111 - CEP 83702 080 - Centro - Araucária / PR



*XVII – colaborar em campanhas educacionais relativas ao meio ambiente e aos problemas de saúde, de saneamento básico, de uso e ocupação racional de águas e solos;*

*XVIII – manter intercâmbio com entidades oficiais e privadas de pesquisas e/ou atividades ligadas ao conhecimento e proteção ambiental;*

*XIX – participar ativamente da elaboração da Política Municipal de Saneamento, bem como no seu planejamento e avaliação;*

*XX – participar, opinar e deliberar sobre a elaboração e a implementação dos Planos Diretores de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem, Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos do Município;*

*XXI – participar na promoção da universalização dos serviços de saneamento básico, assegurando a sua qualidade por meio do acompanhamento de seus indicadores e do cumprimento das metas fixadas nos planos municipais;*

*XXII – acompanhar o cumprimento das metas fixadas em Contrato de Concessões / Contrato de Programa das empresas concessionárias dos serviços de água e esgoto;*

*XXIII – promover estudos destinados a adequar os anseios da população à Política Municipal de Saneamento;*

*XXIV – buscar o apoio de órgãos e entidades realizadoras de estudos sobre meio ambiente e saneamento, de modo a dispor de subsídios técnicos e legais na implementação de suas ações;*

*XXV – propor aos órgãos competentes a instituição de Unidades de Conservação visando à proteção de sítios de interesse ambiental, mananciais, patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paleontológico, espeleológico e áreas representativas de ecossistemas, e atuar como gestor das Unidades de Conservação Municipais existentes.”*

Art. 9º Altera a redação do caput do art. 11 da Lei nº 2.277, de 07 de outubro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 11. O COMDEMA reunir-se-á, ordinariamente uma vez por mês, na forma estabelecida em regimento interno e, em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) de seus membros titulares ou suplentes.  
.....”*

Art. 10. Altera a redação do art. 18 da Lei nº 2.277, de 07 de outubro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:





**Prefeitura do Município de Araucária**

Secretaria Municipal de Administração

Projeto de Lei nº 2.506/2022 - pág. 5/7

*“Art. 18. O COMDEMA será constituído pela nomeação via Decreto Municipal de 20 (vinte) membros titulares e respectivos suplentes, compostos por:*

*I – 10 (dez) membros do Poder Público, com a seguinte distribuição:*

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA;*
- b) 01 (um) representante da Vigilância em Saúde Ambiental da Secretaria Municipal de Saúde – SMSA;*
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças – SMFI;*
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura – SMAG;*
- e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Urbanismo – SMUR;*
- f) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento – SMPL;*
- g) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação – SMED;*
- h) 01 (um) representante da Defesa Civil da Secretaria Municipal de Segurança Pública - SMSP;*
- i) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS;*
- j) 01 (um) representante da Defesa do Consumidor (PROCON-Araucária);*

*II – 10 (dez) membros da sociedade civil organizada, atuantes no Município de Araucária e representantes de categorias com a seguinte distribuição:*

- a) 01 (um) representantes de Associações de Moradores ou entidades comunitárias;*
- b) 01 (um) representante do Setor Comercial;*
- c) 01 (um) representante do Setor Industrial;*
- d) 01 (um) representante do Setor Rural;*
- e) 01 (um) representante de Organizações Não Governamentais – ONG’s;*
- f) 02 (dois) representantes de Conselhos ou Entidades de Classe Profissional dos temas vinculados ao meio ambiente;*
- g) 01 (um) representante de Entidades de Ensino Superior (faculdades), com sede em Araucária;*
- h) 01 (um) representante dos prestadores de serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto sanitário;*
- i) 01 (um) representante dos usuários de servidos de saneamento básico.*

*§ 1º A indicação dos representantes, titular e suplente, do Poder Público será feita pelo titular de cada pasta, cuja nomeação se dará por Decreto do Executivo Municipal.*

*§ 2º Caso alguma Secretaria que compõe as cadeiras do Poder Público seja extinta fica a pasta competente responsável pela indicação de novo titular e suplente.*

*§ 3º Para a composição das vagas estipuladas aos membros da sociedade civil organizada e representantes de categorias será aberto Edital de Chamamento*



*Público pela Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.*

*§ 4º Caso o número de inscritos no Edital de Chamamento Público supere a quantidade de vagas de representatividade existentes, a escolha do representante se dará mediante votação entre os candidatos elegíveis.*

*§ 5º Caso as vagas destinadas aos membros da sociedade civil e representantes de categorias não sejam preenchidas, o Edital de Chamamento deverá ser republicado, sem ônus à formação e funcionamento do COMDEMA.*

*§ 6º Todas as instituições que compõem o COMDEMA deverão indicar seus representantes titulares e suplentes, cuja nomeação se dará por Decreto do Executivo Municipal.*

*§ 7º A indicação dos representantes, titular e suplente, dos órgãos e entidades da sociedade civil organizada e representantes de categorias será feita mediante os seguintes critérios:*

*I - os representantes do setor industrial, comercial, rural e dos moradores do Município serão indicados pelas respectivas Federações, Associações ou correlatos;*

*II - os representantes das entidades ambientalistas serão indicados pelas respectivas organizações não governamentais;*

*III - os representantes das instituições de ensino superior, públicas ou privadas, serão indicados pelas respectivas instituições;*

*IV - os representantes dos conselhos de classe deverão ser registrados nas respectivas instituições.*

*§ 8º Os representantes dos usuários de serviços de saneamento básico deverão apresentar documento comprobatório de uso do serviço.*

*§ 9º Para viabilizar a continuidade dos trabalhos do COMDEMA, na hipótese de ausência injustificada por 3 (três) reuniões por parte de dos membros constantes no inciso II deste artigo, fica autorizada, excepcionalmente, a substituição da instituição ou categoria representada até o final do mandato, por outra instituição relacionada as finalidades do COMDEMA, desde que aprovada por maioria simples dos membros do Conselho.*

*§ 10. O COMDEMA instituirá as seguintes Câmaras Técnicas Permanentes, cuja definição de competências será prevista em Regimento Interno:*

*I – Câmara Técnica de Saneamento Básico;*





*II – Câmara Técnica de Educação Ambiental;*

*III – Câmara Técnica de Controle Ambiental;*

*IV – Câmara Técnica de Unidades de Conservação.”*

Art. 11. Altera a redação do art. 20 e revoga o seu parágrafo primeiro, da Lei nº 2.277, de 07 de outubro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 20. A composição do COMDEMA poderá ser alterada mediante alteração desta Lei, respeitado a paridade entre entidades governamentais e não governamentais.*

*Parágrafo único. REVOGADO.”*

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Araucária, 21 de setembro de 2022.

**HISSAM HUSSEIN DEHAINI**  
Prefeito de Araucária